



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

T.A. N.º 235/2021

CT. N.º 192/2019 (19.16.3687.0014683/2019-77)

CT. SIAD N.º 9240373

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSULTORIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FUNDEP, NA FORMA AJUSTADA.

CONTRATANTE: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral n.º 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, CEP: 30.170-008, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.971.057/0001-45, neste ato representada por seu Procurador-Geral de Justiça Adjunta Administrativo, **Márcio Gomes de Souza**.

CONTRATADA: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.720.938/0001-41, com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, n.º 6627, 4º andar, bairro Pampulha, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.270-901, neste ato representada por seu Presidente, **Jaime Arturo Ramirez**, portador do RG n.º M-2954941 - SSP/MG e inscrito no CPF sob n.º 554.155.556-68.

As partes acima qualificadas celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, da Lei Federal 10.520/02, pelos Decretos n.º 5.450/05, 7.892/2013, pela legislação correlata, conforme Dispensa de Licitação n.º 070, de 23/12/2019, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo ao Contrato inicial, cujo objeto consiste na “contratação de consultoria técnica especializada para prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento na área da Inteligência Artificial Aplicada e soluções de *Big Data*, vinculada ao escopo do Programa de Capacidades Analíticas do MPMG, incluindo transferência de conhecimento, por meio de *mentoring* e operação assistida”, a prorrogação dos prazos de vigência e de execução e a inclusão de plano de suporte e manutenção de pacotes de software.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da prorrogação

Prorrogam-se os prazos de vigência e de execução do contrato inicial por mais 12 (doze) meses, a partir de 26/12/2021 até 25/12/2022, inclusive, e em observância ao art. 57, § 1º, I da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da inclusão

Fica incluído no contrato inicial, sem custo adicional, plano/programa de suporte e manutenção dos pacotes de software disponibilizados ao GSI/MPMG, nos termos especificados na proposta técnica - 2105826.

CLÁUSULA QUARTA – Da vigência

O presente Termo Aditivo iniciará sua vigência a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – Da publicação

Este Termo será publicado pela **Contratante** no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – Da continuidade contratual

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições do Contrato inicial e seu termo aditivo naquilo em que não conflitarem com este Instrumento.

Assim ajustadas, as partes celebram o presente Instrumento, para um só efeito de direito, por meio de senha/assinatura eletrônica, na presença de duas testemunhas.

MÁRCIO GOMES DE SOUZA
Procurador-Geral de Justiça Adjunta Administrativo
CONTRATANTE

JAIME ARTURO RAMÍREZ
Presidente da FUNDEP
CONTRATADA

Testemunhas:

- 1)
- 2)



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Arturo Ramírez, Usuário Externo**, em 16/12/2021, às 15:31, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-**



GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO, em 16/12/2021, às 16:22, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FERREIRA FIALHO, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/12/2021, às 16:41, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MARIA DO PINHO OLIVEIRA BRAGA, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/12/2021, às 16:54, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **2202555** e o código CRC **200B7800**.